

sentido das *relações de poder* existentes numa formação social, já se vê que os critérios a que aludimos serão definidos em função dos interesses objectivos da classe que, aos vários níveis da sociedade, for dominante.

Embora deva ter em conta a articulação entre produção e utilização de conhecimentos, qualquer análise sobre as *aplicações* das ciências sociais tem de salvaguardar a especificidade de cada uma dessas esferas. É esse o motivo por que nos parece (pelo menos) equívoca a opção que conduziu Nicolas Herpin a combinar «orientações teóricas» e «tecnologias sociais» (*social engineering*) na noção ampla de *problemática* («um quadro de referência a partir do qual as investigações particulares adquirem um sentido»). Seja como for, a questão da importância e estatuto das «tecnologias sociais» na sociedade americana é decisiva na economia do livro. O próprio processo de «secularização» a que o título alude e o início do texto confirma ([...] c'est aux Etats-Unis que la sociologie est devenue une profession»; «Des Européens, on peut dire que ce sont des sociologues réguliers; les Américains ont été les premiers sociologues séculiers») só por referência a tal questão pode, com efeito, entender-se.

José Madureira Pinto

HOGGART, Richard — *La culture du pauvre*, Paris, Ed. Minuit, 1970.

Sub-titulada de «Estudo sobre o estilo de vida das classes populares em Inglaterra», a obra, cujo título em inglês é *The Uses of Literacy* (1957), centra-se na descrição e análise da evolução cultural das classes populares entre os anos 20 e 50, fundando-se principalmente na exploração de publicações de grande tiragem e dos seus efeitos.

Se esta é a base principal do trabalho não é a fonte documental exclusiva pois, tal como o autor refere, e por decisão de método cujo alcance teórico é bem significativo, é indispensável, ao descrever o comportamento cultural das classes populares, relacioná-lo com o estilo de vida e com os valores que comandam as suas formas de diversão.

Assim, a primeira parte do livro é uma fascinante descrição do «quadro da vida quotidiana, das atitudes,

das maneiras, das formas de sociabilidade propriamente populares». Este é o fundo sobre o qual se projecta a análise, contida na segunda parte, que releva mais da «crítica literária aplicada às publicações populares».

Ao empreender uma análise da evolução cultural das classes populares, teve o autor necessariamente de entrar em debate com as noções fáceis e facilmente difundidas de «cultura de massa», dos «efeitos massificadores» das mensagens da indústria cultural. Para concluir pela rejeição de tais noções foi-lhe necessário, por um lado, um esforço prévio de delimitação do conteúdo do termo «classes populares», distinguindo, por exemplo, entre classe operária e camadas da pequena burguesia (na sua opinião bastante mais sujeitas ao processo de massificação) e, por outro, a recusa de imagens opostas mas igualmente deformadas da classe popular umas que exageram as qualidades «maravilhosas» da cultura popular, outras que acentuam a sua actual «degradação».

O autor acautela, assim, quer contra as imagens inspiradas por um populismo não criticado, quer contra as imagens que não são mais que a projecção não controlada, sobre a cultura popular, de uma relação de intelectual à cultura burguesa.

Sendo Hoggart um investigador de origem popular, soube ele aproveitar da sua situação (que não contém «naturalmente» o germém da objectividade) as condições privilegiadas para dar conta e simultaneamente ultrapassar as limitações inerentes aos juízos correntes sobre as classes populares. Será, certamente, um dos pontos mais de realçar no conjunto das virtudes da obra: a efectivação das condições de objectividade na análise sociológica das classes populares operada pelo autor que soube fazer a Sociologia da sua relação de classe à situação de intelectual e, num mesmo movimento, a da sua situação de intelectual à sua classe de origem. Situação que lhe permite, segundo as palavras do apresentador da tradução francesa, «[...] no termo de um trabalho *de si sobre si*, cujas condições sociais são precisamente as do trabalho científico, [...] aceder a esta atitude, feita simultaneamente de distância e de participação», atitude pela qual «soube, apesar de todos os mecanísmos de defesa que protegem o intelectual saído do povo

contra a sua própria origem social, romper, por um trabalho sobre si, sociológico e auto-analítico, o difícil caminho em que se efectiva o regresso do recalcado».

Posta em realce esta notável marca de qualidade epistemológica, mais uma palavra para o rigoroso esquema de observação etnográfica subjacente à descrição da primeira parte da obra. E se esse rigor é de referir é porque a perfeição, a facilidade do discurso, que põem diante do leitor totalidades vividas de elementos bem integrados, fazem correr o risco de o aperceber apenas como resultado de mera observação espontânea.

Maria Eduarda Cruzeiro

KARPIK, Lucien — «Les politiques et les logiques d'action de la grande entreprise industrielle», *Sociologie du Travail*, n.º 1 de 1972, Janeiro-Março de 1972, pp. 82-105.

As economias nacionais dependem cada vez mais da economia internacional: esta não deve ser considerada como um conjunto de espaços económicos coesos, independentes e auto-determinados, mas sim como um sistema de relações diversificadas, que abrangem formas variadas de interpenetração, dominação, dependência, diferenciação, etc.

Como diz Celso Furtado, «o novo sistema económico internacional é muito menos um fenómeno de comércio internacional que de *contrôle* de decisões económicas numa área multinacional».

A pesquisa de determinadas questões implica, por outro lado, que a análise deve ultrapassar o nível das empresas e das firmas para abranger também o dos ramos e dos sectores.

A sociologia e a economia política têm reorganizado o seu campo de conhecimentos, a partir das transformações verificadas nos anos 60: aumento do interesse pelos fins das organizações, dúvida crescente sobre a legitimidade dos mecanismos do mercado, invalidade de análises que se circunscreviam aos grupos específicos (organizações, profissões) e excluía a consideração da sociedade global, nas suas determinações culturais, políticas e económicas, crítica dos efeitos de dominação das grandes firmas, agravamento de problemas não resolúveis pelos meios tradicionais.

O presente trabalho insere-se no âmbito das referidas modificações dos campos do saber.

O seu autor, professor no Centro de Sociologia da Inovação da Escola das Mines, começa por apresentar um esquema de análise das *políticas das grandes empresas industriais*, para examinar ulteriormente as determinações específicas das estratégias das firmas.

As políticas das grandes empresas oligopolísticas representam um objecto de estudo relevante para a Sociologia, desde que se admita que estão submetidas à influência das *relações de poder*. A interpenetração das políticas da empresa e das características dos sistemas globais justifica que a análise procure ter em conta os fins da actividade colectiva no capitalismo tecnológico, quando estuda as relações sociais e o sistema organizacional.

L. Karpik distingue a política, os fins, os objectivos e as decisões e define seguidamente, de uma forma teórica, o conceito de *lógica de acção* (L. A.).

Este conceito é operacionalizado em duas categorias: as *L. A. colectivas* e as *L. A. distributivas*.

As primeiras permitem qualificar os objectivos *económicos* e os diversos sectores de actividade da empresa: a fabricação, a venda, o financiamento, a investigação. Podem ser *adaptativas*, de *prestígio*, *técnicas*, de *produção*, de *rendabilidade*, de *poder*, *inovadoras*, não sendo exaustiva esta exemplificação das principais categorias, definidas mediante a utilização de determinados *indicadores*.

As *L. A. distributivas* qualificam os objectivos *sociais* e o sistema de retribuições concedidos aos membros da empresa: podem ser *liberais*, *burocráticas* e de *contrôle*.

Nas *L. A. liberais*, a empresa, a indústria e a economia são consideradas como mercados, nos quais os diversos grupos se defrontam e utilizam os respectivos recursos de influência para maximizar as suas vantagens específicas.

Nas *L. A. burocráticas*, a reparação da indústria e a economia são consideradas como mercados, nos quais os diversos grupos se defrontam e utilizam os respectivos recursos de influência para maximizar as suas vantagens específicas.

Nas *L. A. burocráticas*, a repartição das retribuições faz-se segundo